



259ª Sessão

Processo nº 15414.616320/2018-29

RECORRENTE: LUIZ EDUARDO FIDALGO
RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP
RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA
ADVOGADA: TEREZINHA DELESORTE DOS SANTOS TUNALA (OAB/RJ 156.850)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Seguro de vida. Apuração de responsabilidade do Diretor Responsável Técnico. Atraso no pagamento de indenização. Recurso conhecido e provido.

PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 25.400,00.

BASE NORMATIVA: Artigo 72, §1º, da Circular SUSEP nº 302/2005 c.c. artigo 88 do Decreto-Lei nº 73/1966.

ACÓRDÃO CRSNSP 6435/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, **dar provimento** ao recurso do Sr. LUIZ EDUARDO FIDALGO, nos termos do voto do Relator, vencido o Conselheiro Waldir Quintiliano da Silva, que votou pelo provimento parcial do recurso, por considerar que as infrações atribuídas ao Sr. Luiz Eduardo Fidalgo apuradas nos processos 15414.001379/2013-11, 15414.300045/2013-10, 15414.005554/2012-51, 15414.001206/2013-95, 15414.000339/2013-44, 15414.000431/2013-12, 15414.100110/2013-17, 15414.610876/2016-40, 15414.609167/2018-83 e 15414.616320/2018-29 – todos apreciados nessa sessão – constituem infrações de caráter continuado, aplicando ao conjunto a pena base de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), nos termos do art. 29 da Resolução CNSP nº 243/2011, majorada em 2/3, nos termos do art. 13, parágrafo único, do referido diploma legal.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Washington Luis Bezerra da Silva, Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão, Neival Rodrigues Freitas, Waldir Quintiliano da Silva, Juliana Ribeiro Barreto Paes, Ronaldo Guimarães Gallo, José Antônio Maia Piñeiro, Carmen Diva Beltrão Monteiro e Beatriz de Moura Campos Mello Almada. Funcionou o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Euler Barros Ferreira Lopes.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Melo Netto Oliveira, Conselheiro(a) Presidente**, em 31/10/2019, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4224637** e o código CRC **43CE1087**.



Processo nº 15414.616320/2018-29

RECORRENTE: LUIZ EDUARDO FIDALGO(789.XXX.XXX-53)

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: Washington Luis Bezerra da Silva

RELATÓRIO

Trata-se de Reclamação em face de Luiz Eduardo Fidalgo, Ex-Diretor Técnico da Federal de Seguros, por atraso no pagamento da indenização securitária por morte. A Reclamação originou-se de denúncia formulada por beneficiária devido ao atraso no pagamento do seguro após o falecimento do seu marido, em 31/05/2012. A entrega da documentação para a habilitação ao recebimento do sinistro se deu em 07/07/2012 (fls. 13), e até a data da denúncia (28/11/2012) a beneficiária estava sem resposta quanto ao pagamento do benefício.

Em resposta à Carta n.º 528/2012/SUSEP/GABIN/ERGDF, a Seguradora apresenta os documentos solicitados para a instrução do PAC, sem, contudo, se manifestar a respeito da reclamação (fls. 34/100). Posteriormente, em resposta aos novos questionamentos da Autarquia, a Seguradora apresenta os comprovantes de pagamentos dos benefícios com datas de 23/01/2013 (fls. 103/105).

O Sr. Luiz Eduardo Fidalgo e a Federal de Seguros S.A., esta na qualidade de devedora solidária, foram intimados às fls. 114/115 para enviar suas respostas em razão da abertura de Processo Administrativo Sancionador para apurar a suposta irregularidade cometida. Às fls. 123/143 e 144/164 a Seguradora e o Diretor apresentaram defesas, alegando, em suma, que o pagamento da indenização já havia sido realizado, tendo ocorrido apenas uma simples mora no pagamento. Alegam ainda que a Autarquia não observou que a Seguradora se encontrava em Regime Especial de Direção Fiscal, o que ensejaria a suspensão do processo.

Posteriormente, às fls. 187/189 o Diretor novamente veio aos autos para solicitar a sua exclusão do polo passivo do processo em razão da edição da Resolução CNSP n.º 293/13, que estabeleceu que a pessoa natural só pode ser penalizada administrativamente se comprovado dolo ou culpa na prática da infração.

O Parecer SUSEP/DIFIS/CGJUL/COAIP ofertado às fls. 197/204, opina pela procedência da Reclamação, ressaltando que a infração se encontra demonstrada nos autos e aduziu ainda que o Diretor podia e devia ter tomado as devidas cautelas para impedir a ocorrência da infração. Sugeriu a aplicação da penalidade de multa prevista no art. 29 da Resolução CNSP n.º 243/11 ao Diretor da Sociedade, respondendo solidariamente Federal de Seguros pelo pagamento, na forma do §1º do art. 4º do mesmo diploma normativo.

A Procuradoria Geral Federal, através do Parecer de fls. 206/210 manifesta concordância com relação à conclusão no que se refere ao reconhecimento do ilícito administrativo na forma apontada pela análise técnica, ressaltando, entretanto, que deve haver elementos nos autos que demonstrem a culpabilidade do apontado autor, uma vez que o mero descumprimento de uma disposição normativa, por si só, não pode levar à responsabilização objetiva do mesmo e tampouco ensejar a aplicação da sanção proposta.

Pelo Termo de Julgamento de fls. 216, o Coordenador Geral Coordenação-Geral de Julgamentos, julgou subsistente o Processo Administrativo Sancionador lavrado contra o Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, aplicando-lhe a sanção de pagamento de multa no valor de R\$ 25.400,00, prevista no art. 29 da Resolução CNSP n.º

243/2011, considerando a atenuante prevista no inciso II do art. 12 e a agravante prevista no inciso II do artigo, ambas, da referida Resolução, respondendo solidariamente pelo pagamento da multa a Federal de Seguros S.A.

Devidamente intimados da referida decisão, o Diretor interpôs Recurso de fls. 234/253, alegando, em suma, que a Autarquia não levou em consideração que a Sociedade já teria sanado a irregularidade e tampouco que a Seguradora se encontrava em regime de Direção Fiscal que culminou na decretação da liquidação extrajudicial da Recorrente. Solicita a improcedência do presente processo administrativo, principalmente por não haver nos autos comprovação da ação do Diretor no sentido de dar causa aos fatos que deram origem ao presente processo.

O Parecer SUSEP/SIORG/CGJUL/COJUL de fls. 255 atesta a tempestividade do Recurso do Diretor representado.

Não houve solicitação de parecer à e. representação da Fazenda Nacional.

Em razão da identidade de partes e de natureza das infrações apuradas nos processos 15414.609167/2018-83 e 15414.000431/2013-12, 15414.000339/2013-44, 15414.001206/2013-95, 15414.300045/2013-10, 15414.001379/2013-11, 15414.005554/2012-51, 15414.607377/2018-37, 15414.200188/2013-22, 15414.610876/2016-40, 15414.100110/2013-17, 15414.616320/2018-29 e 15414.616241/2018-18, a i. Presidência do CRSNSP, mediante o Despacho CRSNSP-GAB Presidente n.º 2211522, determinou o relacionamento desse grupo de processos, sendo todos a mim encaminhados, em função da prevenção, devendo todos serem submetidos a julgamento pelo Conselho na mesma oportunidade.

É o relatório.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 31/05/2019, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2456925** e o código CRC **A99E7723**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Processo nº 15414.616320/2018-29

RECORRENTE: LUIZ EDUARDO FIDALGO(789.XXX.XXX-53)

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

EMENTA: Recurso Administrativo. Denúncia. Seguro. Atraso no pagamento de indenização. Ausência de apuração de responsabilidade do Diretor Técnico da Federal de Seguros S.A. Não demonstrada a conexão entre as irregularidades cometidas e o dever de supervisão do Diretor. Recurso conhecido e Provido.

VOTO DO RELATOR

I - Questões Preliminares

Preliminarmente, cabe ressaltar que o Recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual merece conhecimento.

II - Mérito

Trata-se de Recurso interposto pelo Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, Diretor Técnico da Federal de Seguros S.A., em face da decisão da SUSEP que julgou procedente a Denúncia em que o referido Diretor restou apenado no pagamento da pena de multa pecuniária no valor final de R\$ 25.400,00 em razão de atraso no pagamento de indenização securitária.

O processo administrativo originou-se de Denúncia formulada por beneficiária devido ao atraso no pagamento do seguro após o falecimento do seu marido, em 31/05/2012. A entrega da documentação para a habilitação ao recebimento do sinistro se deu em 07/07/2012 (fls. 13), e até a data da denúncia (28/11/2012) a beneficiária estava sem resposta quanto ao pagamento do benefício.

Analisando os autos, observo que a Autarquia responsabilizou o Diretor ora Recorrente através do cotejamento entre o cargo ocupado à época dos fatos e as atribuições previstas na Circular SUSEP n.º 234/2003.

Observo que a Autarquia não externa de maneira cabal a conduta de supervisão do diretor técnico com a materialidade da infração de atraso no pagamento da indenização securitária, evidenciando uma interpretação restritiva e isolada da legislação.

Importante lembrar que o inciso II do Art. 1º da Circular SUSEP n.º 234/2003 é claro ao se referir à supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos e não quanto à realização de pagamento das indenizações securitárias, como se observa na descrição às fls. 99/100 dos autos.

Isto posto, pode-se concluir que a materialidade da infração apontada na Denúncia restou caracterizada pela Seguradora, mas a relação desta com a conduta ou o ato de supervisão do Diretor apenado, não.

Não houve no processo administrativo a atuação da Autarquia para verificar e, em existindo, apurar a autoria, a culpa do referido Diretor para que lhe fosse imputado a pena sancionada.

O art. 10, § 1º da Resolução CNSP n.º 243/2011 é claro ao dispor que:

“Art. 10. A autoridade julgadora, considerando a gravidade da infração e seus efeitos, a capacidade econômica do infrator e antecedentes, bem como ganho obtido com o ato ilícito, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do ilícito administrativo, dentro dos limites previstos, a sanção administrativa aplicável.

§1º Na aplicação de sanção à pessoa natural, além de observar os parâmetros expostos no caput deste artigo, a autoridade julgadora atentará para a sua culpabilidade, considerando para tanto, quando for o caso, as suas funções e responsabilidades no âmbito ou em relação à pessoa jurídica à qual esteja vinculada. ” (Grifo nosso)

Dessa forma, não há que se falar em responsabilização objetiva da pessoa natural no âmbito do processo administrativo sancionador.

Inclusive, a Procuradoria da Fazenda Nacional já externou posicionamento nesse sentido, em casos similares ao presente (pode-se citar os pareceres emitidos nos autos dos processos 15414.005554/2012-51 e 15414.300045/2013-10), opinando pelo Provimento do Recurso, tendo em vista que o conjunto probatório dos autos não logrou demonstrar especificamente a responsabilidade do diretor apenado, seguindo o que alberga a Orientação PGFN/CAF/NUCAF/CRSNSP 01/2018 (parecer que traduziu o norte jurídico de atuação da Representação da Fazenda Nacional no CRSNSP), cujo trecho faz-se mister transcrever:

“(…) Por isso é que uma definição dessas responsabilidades que fique adstrita à padrões abstratamente previstos, sem essa posterior perquirição sobre a efetiva dinâmica da organização empresarial poderia redundar em uma responsabilidade por simplesmente "ocupar cargo" que, por seu caráter objetivo, não atende aos padrões subjetivos a que a responsabilidade administrativa sancionadora deve atender.” (grifo nosso)

Frisa-se que a aplicação de sanção ao Diretor, sem que lhe atribua uma conduta dolosa ou culposa sequer, além de configurar perseguição punitiva sem justa causa, é inconstitucional na medida em que importa em responsabilização objetiva por suposta infração.

Importante ressaltar que com a entrada em vigor da Resolução CNSP nº 331/2015 que alterou a Resolução CNSP nº 243/2011 asseverando expressamente em seus artigos 14 e 15 a aplicabilidade das novas regras aos processos em curso, assegurando com acréscimo dos incisos II a VI ao art. 81 há obrigatoriedade da Representação em apresentar a descrição circunstanciada dos fatos, a análise da autoria, a materialidade, e os elementos materiais de prova da suposta infração cometida pelo Diretor, o que não ocorreu nestes autos.

Assim sendo, uma vez que a Denúncia instaurada relacionou conduta irregular, sem, no entanto, demonstrar a conexão entre a conduta de supervisão do Diretor e o ato impugnado ou ainda a análise da autoria, entendendo que deve ser julgada improcedente a Denúncia.

III - Conclusão

1) Diante do exposto, voto por conhecer e dar provimento ao Recurso do Sr. Luiz Eduardo Fidalgo, pelas razões expostas.

É o voto.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 04/07/2019, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2567690** e o código CRC **7DF3E9B6**.